

**MANDATO XII**  
**ATA Nº. 16/2019**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019**

*Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Braga, no pequeno Auditório do Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SR.ª PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Rui Nuno Gonçalves Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, João Diogo Fernandes Ferreira, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José*

*Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Rita Costa Pinto de Barros, Lília Maria Guerreiro Assunção Leite dos Santos, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Maria José da Silva Lourenço, Pedro Manuel Palha Pinto, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Manuel Jorge Costa Pires, Ricardo Jorge Pereira da Silva, Gélío Amílcar da Silva Mouta Marques, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, José Carlos Ribeiro Ferreira, Carmindo João Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, João Manuel de Almeida Marques Ferreira, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.*

**SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros Hugo Alexandre Lopes Soares, Maria Ester da Silva Taveira, Natacha Sofia Miranda Fontes, Maria Manuela de Freitas Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Fernando Manuel Martins Viana, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Carlos André da Silva Alves de Sá, Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros, João Jorge Ferreira Baptista,*

*Paula Maria de Azevedo da Cunha, Manuel António Vieira da Silva Esperança, António Meireles de Magalhães Lima e Manuel Carlos Ferreira da Silva.*

**FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** António Joaquim Tavares Fidalgo, José Manuel Ribeiro Afonso, José Oliveira da Silva, Augusto Vieira de Carvalho e Manuel da Silva Dias.

**RENÚNCIA DE MANDATO:** Renunciou ao mandato a Senhora Deputada do Partido Socialista, Maria Helena Fernandes Teixeira.

Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro e alínea f), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, em conjugação com o disposto nos artigos quadragésimo nono e quinquagésimo primeiro, da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezoito de novembro do ano em curso, relativa à contratação de empréstimo, para financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico, para a requalificação da Escola Secundária de Maximinos, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dezasseis abstenções.**

**PONTO NÚMERO DOIS – PROPOSTA DE MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BRAGA.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, a proposta de Modelo de Estrutura Orgânica do Município de Braga, aprovada em reunião do Executivo Municipal de dois de dezembro do ano em

curso, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberto o debate, usou da palavra a **Sr<sup>a</sup>. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para dizer que: “A estrutura orgânica que é dada a aprovar a esta Assembleia resulta de uma dinâmica que está há muito em funcionamento, ainda que de modo informal. Da análise da estrutura proposto queremos destacar o seguinte: É desejável tornar público quantas pessoas estão afetas a que divisões e a que unidades, já que se observa unidades sem divisões e divisões sem unidades. Esta questão parte do pressuposto que há uma lógica sequencial que é de direção, departamento, divisão e unidade. Um exemplo de uma nova divisão designada por "Divisão de Funding, Fundos Comunitários e Relações Internacionais” levanta algumas dúvidas, já que foi este executivo municipal que criou a Investbraga. Ora, cabe aqui perguntar para que serve a Investbraga, se atua exatamente neste âmbito? Estará já o senhor Presidente a reconhecer que a externalização deste e de outros serviços numa empresa municipal pode não ser eficaz na captação de fundos?! Nem nos atrevemos a imaginar que esta constatação explique que não tenham sido identificados fundos para a reabilitação da Fábrica Confiança... Quanto ao Departamento do Urbanismo, não se percebe a separação entre a divisão da gestão urbanística (artigo trigésimo segundo) e a do licenciamento de projetos estruturantes a atividades económicas (artigo trigésimo quinto), separada ainda da divisão do centro Histórico, Património e Arqueologia. Pelo artigo trigésimo segundo, a divisão verifica a conformidade com as normas legais, já pelo trigésimo quinto a divisão visa, apenas, acompanhar os projetos estruturantes, colaborar no apoio, promover medidas de facilitação, instrumentos de apoio à atração de investimento. Há uma contradição. Os artigos trigésimo segundo e o trigésimo terceiro - revelam um pendor fiscalizador, com base em estudos e em

planos, com critérios de uniformização, entre outros, distribuídos por quinze alíneas o trigésimo segundo e por vinte quatro no trigésimo terceiro. Já o trigésimo quarto só precisa de sete alíneas, e nunca refere a fiscalização, a vistoria ou o plano. Não se vislumbra nada de bom desta divisão da estrutura orgânica. Um grande interesse económico, chega à cidade e só tem de ser apoiado pela Câmara Municipal de Braga, nem que para isso, o PDM seja temporariamente colocado na gaveta, ou alterado à medida. Parece que foi isso que aconteceu na Quinta das Portas, na Rua vinte e cinco de Abril e agora no Vale de Lamações que se torna numa longa e contínua superfície comercial, sem equipamentos sociais, como jardins ou parques. Estão previstos novos concursos para as chefias? Vai haver concursos externos! Por um lado, a nova proposta agrega, por outro separa. Por que razão os recursos humanos não têm mais divisões, havendo tantas funções? Ou servem apenas para fiscalizar os torniquetes do Pópulo? Aqui, um atraso corresponde a perda de um dia de vencimento, não há este instrumento em mais lado nenhum, nem no edifício da Praça do Município ou no da Polícia Municipal. Esta nova estrutura orgânica, para terminar, torna visível uma noção espartilhada e desintegrada de organização do governo da cidade que tem como resultado a falta de visão e de uma ideia de cidade integrada e inscrita num passado, com um presente a que tem de dar resposta e com capacidade para prospetivar o futuro”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., **MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, para, a este propósito, destacar que: “Cada executivo municipal tem o direito, ou melhor, tem até a obrigação, de organizar os serviços do Município como entender melhor. E essa obrigação e direito tem como objetivo melhor servir os cidadãos. No presente caso a experiência dos últimos seis anos, os novos desafios do nosso concelho e o desejo permanente de melhor

*servir os cidadãos levaram ao aperfeiçoamento da estrutura orgânica do nosso Município. Assim, nos termos da proposta apresentada, são criadas três estruturas nucleares, permanentes, com três Direções Gerais e sete Departamentos, dirigidos por dirigentes intermédios de primeiro grau. São criadas também vinte e nove estruturas flexíveis, que correspondem a divisões municipais e são dirigidas por dirigentes intermédios de segundo grau. Criam-se também nove unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por dirigentes intermédios de terceiro grau. Através do despacho do Presidente de Câmara poderá ser permitida a existência de até cinco unidades suborgânicas flexíveis, dirigidas por coordenadores técnicos, assim como a criação de gabinetes, estes, sem equiparação a cargo de dirigente. A lógica é dotar a atuação do Município de maior flexibilidade, aumentar a sua eficácia, eficiência e qualidade, sempre com a preocupação de melhor prestação de serviço aos cidadãos, visando a desburocratização e eficiência dos recursos públicos. Tudo isto em articulação com os interesses dos mais de mil e quinhentos funcionários da autarquia e com o respeito pelos princípios da unidade e eficácia da ação municipal. Conseguem-se, assim, juntar áreas de atuação próximas que estavam dispersas, até aqui, pelos vários serviços do município, com ganhos de eficiência e relacionamento interno. Especial atenção teve também a Gestão da Ocupação do Espaço Público, com a criação de unidades orgânicas que melhor concretizam os trabalhos e serviços a ele inerentes. As preocupações deste município com os seus problemas sociais, preocupações essas confirmadas pela sua atividade ao longo destes seis últimos anos - têm a sua expressão na criação da Unidade de Coesão Social e Solidariedade. A Unidade de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade concretiza no terreno a visão estratégica para o desenvolvimento do concelho, nas diversas áreas de atuação da nossa autarquia. A possível descentralização que será*

*obrigatória em dois mil e vinte e um, no caso de não ocorrer alteração legislativa - também não foi esquecida e este novo modelo orgânico contém em si o germe da mudança da estrutura do município. Mudança essa que só verá a sua consagração definitiva se ocorrer em Portugal uma efetiva política governativa de descentralização. Como é sabido, está a decorrer um estudo para preparar os serviços do Município, devido à exigência legal de que em dois mil e vinte e um sejam transferidas para a esfera municipal as competências até aqui rejeitadas. Já agora a talhe de foice, esperamos que o Orçamento de Estado, hoje vindo a público, finalmente cumpra o estipulado na Lei Quadro da Descentralização, nomeadamente o seu artigo quinto e transfira para as autarquias - sem cativações - os montantes financeiros a atribuir. Até agora o não cumprimento nesta matéria foi enorme por parte do governo e a incerteza é total. O PSD, devido aos fundamentos invocados, vota a favor desta proposta da Estrutura Orgânica do Município de Braga, por considerar que a mesma corresponde à melhor via para prosseguir os fins e programa deste executivo municipal". Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com vinte e duas abstenções. PONTO NÚMERO TRÊS – CONTRATO-PROGRAMA – TUB/EM.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e oito de outubro do ano em curso, relativa ao contrato-programa celebrado nos termos da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, de trinta e um de agosto, que tem por objeto o estabelecimento nos termos e condições em que as partes se obrigam com o propósito de assegurar o pagamento de compensações pelo Município aos TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga – E.M., documentos que se dão como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO*

**MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para dizer que: “A CDU votará favoravelmente o contrato-programa entre a TUB e a Câmara Municipal de Braga, para o ano de dois mil e vinte. Contudo, não deixamos passar a oportunidade de fazer alguns considerandos. Tendo presente que Braga é um município com crescentes problemas de mobilidade e de poluição atmosférica e que é um município bastante desigual (em dois mil e dezassete apresentava o mais elevado coeficiente de Gini do Cávado e o percentil vinte do rendimento bruto correspondia a cinco mil duzentos e sete euros) é, inegável que apenas uma aposta séria nos transportes públicos permitirá alcançar o desiderato de uma cidade mais sustentável, mais saudável e mais justa. Desta forma, exige-se que se caminhe progressivamente para a redução dos tarifários, medida de justiça social e ambientalmente responsável que se traduz num aumento da procura dos transportes públicos, facilmente demonstrável pela realidade da aplicação do PART nas duas áreas metropolitanas do país. Já que o PART veio à baila, o valor normal do passe dos TUB é geralmente superior ao praticado nos municípios das duas áreas metropolitanas, trinta euros. Em Braga o valor do passe para uma coroa é mais barato, mas o de duas coroas é mais caro em noventa cêntimos e o de três em cinco euros e setenta cêntimos. Lembrar que, segundo o relatório de contas de dois mil e dezoito dos TUB, a procura de bilhetes para a três ou duas coroas constituiu quase dois terços das vendas dos TUB, em concreto sessenta e dois vírgula trinta e quatro por cento. Assim, quisesse este executivo prosseguir tal caminho e levaria, paradoxalmente, a que um contrato-programa que visa compensar uma exploração deficitária visse os seus montantes reduzidos. Ora, os montantes aqui calculados, no essencial, correspondem à diferença entre o valor com descontos sociais e o valor normal. Descesse o valor normal e, com a presente arquitetura, desceria o valor absoluto da diferença para este efeito

considerada. Consideramos que usar o preçário definido pelo município como "valor de mercado", para efeito de cálculo das compensações aqui em apreço é diminuir artificialmente as transferências para a empresa, ficando, por isso, muito aquém do necessário para uma operação saudável e eficaz. Mais, considera o presente contrato apenas a rede existente, não compreendendo o alargamento da sua oferta. O alargamento da oferta, no que a novas linhas diz respeito, mas também o alargamento dos horários existentes e o incremento das frequências. Aliás, se existem linhas consideradas excedentárias, que contribuem para mitigar os resultados de outras e, já agora, para fazer diminuir ainda mais a transferência do Município para a empresa, é com sacrifício de maiores frequências e por consequência de maior atratividade das mesmas. Obviamente urgia investir na empresa. Para lá da renovação de frota anunciada, era importante o aumento da mesma a par do aumento do pessoal. Sabemos das dificuldades legais impostas à subsidiação destas operações, não aceitamos, contudo, que sejam usadas como desculpa para manter tudo na mesma por quem as promoveu e nenhuma solução alternativa aponta (recordar que foi pela mão do PSD e CDS que nasceu a lei setenta e três barra dois mil e treze). Existem, ainda, duas questões que nos levantam apreensões. Uma, por estar inscrita: o número quatro da cláusula terceira - medida de eficácia e eficiência -, que na sua parte final indicia a eventual aplicação de medidas economicistas na gestão do número de carreiras e horários, situação que resulta de uma visão estreita de eficiência centrada nos resultados diretos da empresa, mas que ignora os seus impactos na cidade e os custos indiretos por elas geradas. A outra por não estar inscrita. Não existe neste contrato qualquer exigência de qualidade de serviço à empresa. Não existe qualquer índice de pontualidade, percentagem máxima de carreiras suprimidas admissível ou qualquer outro que obrigue a empresa a um esforço de

valorização e melhoria do serviço. Em súpula, a CDU não deixará de viabilizar o presente contrato programa, essencial ao funcionamento da empresa, mas não significa isso que iremos baixar a guarda quanto à exigência de investimento e melhoria de qualidade dos TUB”. A palavra foi dada à **Sr<sup>a</sup>. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para referir que: “Sobre o Contrato-Programa - TUB/EM parece ao grupo municipal do Bloco de Esquerda que, quanto à pertinência dos transportes públicos, para este executivo municipal é apenas um serviço destinado às pessoas com menor capacidade financeira, aos estudantes, aos mais velhos ou às pessoas portadoras de dificuldades de mobilidade. Por isso, a tónica do contrato-programa é sempre no desconto dos passes e no mapa da rede, demonstrando como alguns dos circuitos, que vão a todas as freguesias. Mas isso não significa uma gestão racional da rede pois não estão contempladas as deslocações entre freguesias, ou entre os concelhos vizinhos. No texto do contrato lê-se que a maioria dos circuitos apresenta saldos negativos. Fica a pergunta: servem as populações efetivamente? Permitem a deslocação diária casa-trabalho-casa, tornando desnecessária a utilização do automóvel individual? Não nos parece. Como aconteceu noutras cidades, a revisão da rede, acompanhada das medidas de redução tarifária, trouxe mais pessoas aos transportes coletivos públicos, que são a forma mais eficaz de descarbonizar e de resolver o problema do excesso de automóveis que todos os dias entram na cidade. Deste modo, perpetua-se este cenário como uma fatalidade transformada num círculo vicioso: fracos transportes urbanos, para pessoas de baixos rendimentos e com pouca capacidade reivindicativa, pior serviço, menor utilização pela população em geral, mais automóveis em circulação. Há baixa densidade populacional nas freguesias mais distantes do centro porque não há condições para se viver nestes territórios. Que têm os senhores presidentes de

*junta a dizer sobre tema? Que têm as pessoas a dizer sobre isto? Desconhecemos, mas adivinhamos as respostas. Não é este o paradigma de transporte público que defendemos para Braga e para o concelho. Os transportes têm de servir toda a população e a qualidade do serviço está relacionada com a qualidade do transporte, o desenho da rede e frequência horária. Um transporte coletivo público não é uma medida de apoio social, é uma medida que melhora a qualidade de vida das pessoas, melhora a qualidade do ar, melhora a circulação na cidade e é uma medida de saúde pública. Por isso, não concordamos com os princípios, com os objetivos, nem com os termos. Fica desde já aqui o desafio ao senhor presidente, que é também presidente da CIM do Cávado. Esperamos que tenha tomado boa nota das nossas sugestões feitas há dez meses e quando vier o segundo PART, olhe para esta oportunidade de uma outra forma e procure a articulação entre freguesias, entre concelhos, entre as CIM e a Área Metropolitana. O autocarro, o metro, o comboio, não são para quem tem menos posses, mas sim para todas as pessoas. Consideramos este contrato-programa antiquado, conservador e preconceituoso, desfasado do que são as reais necessidades das pessoas, sem visão de futuro, nem uma efetiva preocupação de melhora do serviço público do transporte coletivo, por essa razão, o grupo municipal do Bloco de Esquerda irá abster-se". Foi, depois, a vez do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** intervir para realçar que era importante clarificar, e percebiam que hoje não havia período de antes da ordem do dia, e percebiam que poderia haver uma maior probabilidade ou uma propensão para se analisarem de outra forma os temas da agenda, mas era importante reposicionar aquilo que ali estava a ser discutido. O que estava ali a ser discutido era o contrato-programa e ele dizia respeito, como estava definido de forma concreta e objetiva na sua cláusula número um, que se*

*tratava das compensações justificadas pela disponibilização de transporte, que assegurassem condições de preço equiparáveis às praticadas em demais situações, em zonas de baixa densidade populacional e/ou em horários de fraca afluência de utentes, bem como pela prática de preços reduzidos por razões sociais consubstanciado no estabelecimento dos preços dos títulos de assinatura de transporte/passes com vários níveis de descontos moldados segundo as diversas categorias de utentes. Provavelmente, se no programa governamental tivessem tido o tipo de apoio ou a dimensão do apoio ou a proporção do apoio, que foi atribuído ao Porto ou a Lisboa, provavelmente outras coisas poderiam fazer. Mas não tiveram. E aquilo que esperaria, era que um ponto como aquele, fosse a oportunidade de reconhecer o trabalho de excelência que estava a ser desenvolvido nos TUB. Porque tinham uma empresa que ia a todas as freguesias. Já ia, mas foram criadas mais carreiras, a noventa e quatro, a noventa e cinco, a noventa e seis. Foram aumentadas as frequências. Foram feitas adaptações em casos que se justificava e que as freguesias, inclusive, solicitaram. E era inequívoco que o serviço de autocarros em muitas das freguesias, nomeadamente, rurais, em horários que por vezes não tinham clientela, estavam e tinham que ser mantidas e os TUB cumpriam essa função social. Por isso, havia aquele apoio, por aquela via, num contrato que tinha, apenas, aquele âmbito. Não estavam a discutir o plano de atividades dos TUB, mas se o estivessem a fazer, e sobretudo, o Bloco de Esquerda, fez uma incursão nessa matéria, talvez fosse importante dizer, porque era importante e politicamente relevante, que este Executivo não aumentava o preçário dos transportes há seis anos, o que era, de facto, notável e não tinha comparação nos concelhos à nossa volta. Mais, tinha conseguido o Executivo e a Administração dos TUB, que o número de passageiros aumentasse e já tinha aumentava antes de ter havido os apoios do Governo, o que significava*

*que a qualidade do serviço que estava a ser prestada era melhor, que as pessoas estavam a aderir, que as carreiras se adaptavam às necessidades das pessoas. E aquilo que se passava com a entrada no hospital, era um bom exemplo de adaptar um serviço prestado pelos TUB àquilo que eram as necessidades das pessoas. Os sucessos das medidas implementadas atestavam isso mesmo. E quando se percebia que aquele contrato aumentava, em termos de compensação, cento e quarenta e oito mil euros, não eram verbas despiciendas, isso tinha precisamente a ver com o aumento do número de passes que se tinha verificado, novos utilizadores e utilizadores de todos os segmentos desde os mais idosos aos jovens e isso, naturalmente, era algo que também os devia encher de agrado. Porque tinham a consciência de que a aposta num bom serviço de transportes públicos era condição necessária para sustentabilidade da vida na cidade, para combater a poluição e, também, atingirem as metas de descarbonização. Disso não havia dúvida e achavam, claramente, que estavam a andar no bom sentido. E dizer, também, que era inequívoco e claro que este Município tinha feito um esforço sério e nisso tinha contado com o apoio de alguns programas governamentais que tinham sido extremamente positivos, para se adaptarem às nossas necessidades. A aquisição de novas viaturas iria permitir, até finais de dois mil e vinte, renovar por inteiro um terço da nossa frota, adquirindo autocarros modernos, novos, mais eficientes e que iriam conseguir ainda mais satisfazer as nossas populações. Esse, de facto, era um desempenho que achavam extremamente positivo, exemplar, era uma referência nacional, e, por isso, só poderia merecer o seu voto favorável no contrato-programa. Agora, repetia, o universo do que estava, ali, a ser votado, era mais restrito, mas se a oposição local pretendesse discutir matérias mais amplas, aquele era, seguramente, um daqueles campos onde tinham muito gosto em fazê-lo, mas tinham de fazê-lo de forma séria, tinham que por sobre a mesa*

não apenas avaliações políticas marcadas pelo cunho ideológico de quem era oposição, mas deviam fazer a discussão séria, com elementos objetivos, concretos e suportados pela prática e pela experiência de quem tinha feito um bom trabalho. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que quando a Câmara Municipal resolveu comprar a empresa SOTUBE e transformá-la numa ferramenta dos trabalhadores de Braga, nem toda a gente esteve de acordo, mas houve, efetivamente, coragem para que essa aquisição pudesse mudar de forma significativa aquilo que era um investimento feito em prol dos trabalhadores e um investimento em prol da cidade. Dizer que reconhecia ao Deputado João Granja veracidade no que dizia, mas tinha-se enganado, no último ano o valor dos passes diminuiu, mercê do apoio que foi dado pelo Governo, cinquenta por cento do qual foi utilizado na diminuição do valor dos passes e a outra metade foi, conforme a lei previa, utilizado para a aquisição de viaturas ou para a sua conservação e manutenção. Naquilo que a Administração dos Transportes Urbanos disse sobre isso, manteve-se satisfeita com o valor que foi recebido, cerca de oitocentos e tal mil euros. Também concordava que se viesse mais, também não se perderia. Também concordava que relativamente ao Porto e Lisboa, havia um caminho a percorrer e, se calhar, no âmbito da CIM, também poderiam fazer esse caminho. Concordava em absoluto. Mas era lícito que os partidos da oposição pudessem, relativamente a um contrato-programa, para com uma empresa municipal, tecer considerações sobre aquilo que era o seu serviço, sobre aquilo que eram as suas apostas e sobre aquilo que era a sua aposta. Diria que, relativamente aos Transportes Urbanos de Braga e no âmbito daquilo eu era a concessão dos transportes municipais àquela empresa, por mais dez anos, mais cinco anos, havia três situações que, efetivamente, viam que não estavam reconhecidas. A

*primeira era que não existia renovação da frota. A segunda era que não existia um aumento do serviço público. E a terceira era que não existia uma efetiva descarbonização os transportes públicos. E bastava verificar os quadros anexos, naquilo que era o plano relativo a essas matérias, para se perceber isso. E bastava perceber, que depois da aquisição de seis viaturas elétricas, para este ano e de trinta e quatro, para dois mil e vinte, ambas financiadas, uma com dois milhões e tal de euros e outra com dez milhões, nos outros dez anos, precedia-se à aquisição de viaturas que não eram financiadas, eram compradas cinco por cada ano a partir de dois mil e vinte e um e o que se percebia da leitura dos quadros era que iria ser compradas viaturas usadas. Por outro lado, num dos outros quadros, para perceberem tudo isso, verificavam aquilo que era o consumo previsível de energias, referia-se ao gasóleo e ao gás, em que verificaram que a partir de dois mil e vinte e um até dois mil e vinte e nove, os custos com gasóleo, tinham, apenas, uma variação de cento e tal mil euros, começando em dois mil e vinte e um, com cerca de dois milhões e setecentos mil euros e terminavam em dois mil e vinte e nove, com dois milhões e novecentos mil euros. O que era que isso queria dizer? Que não existia uma efetiva descarbonização. E todos os autocarros que iriam ser comprados a partir de dois mil e vinte e um, forçosamente, teriam que ser a gasóleo ou a diesel, porque se mantinha a previsão do consumo de gasóleo que aumentava ligeiramente. Mas, também, para o gás. Se verificassem num dos quadros anexos, o gás aumentava em dois mil e vinte e um, de setenta e quatro mil euros, para setenta e sete mil euros, em dois mil e vinte e nove. O que queria dizer que aquela renovação de frota que iria acontecer, não iria acontecer na tração elétrica, nem na tração de autocarros movidos a gás. Portanto, iriam continuar com os que foram comprados a gás, até aqui e iriam continuar com os de tração elétrica, comprados até agora. Aquilo*

*que se iria renovar era de autocarros a diesel e autocarros usados. Aliás, um dos quadros demonstrava perfeitamente a idade média dos autocarros a partir de dois mil a vinte e um, que terminava em dois mil e vinte e nove, com cerca de dezasseis anos. Começava com cerca de treze, catorze e a idade média acabava por ser de cerca de dezasseis anos. Não existia, efetivamente, por um lado, uma renovação, porque a maior parte dos municípios portugueses com quem Braga devia e dizia que ia ombrear, tinha autocarros, cuja idade média não superava os doze anos. O que iriam assistir era a uma renovação de frota daquilo que, infelizmente, já estavam habituados, a comprar carros velhos. Por outro lado, não existia, efetivamente, um aumento do serviço público. E porquê? Porque se reparassem num dos quadros, verificavam que desde dois mil e vinte e um, até dois mil e vinte e nove, o número de trabalhadores se mantinha nos trezentos e quarenta e baixava para trezentos e trinta e nove, ou seja, se houvesse um efetivo aumento do serviço público, com mais carreiras, com mais trabalhadores, para poder suportar aquilo que era um aumento significativo, veriam aumentar o número de trabalhadores. Aliás, como também aquele que era o custo médio anual ou o custo total anual, verificavam que de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e nove havia uma variação de vinte mil euros em média trabalhador, para cerca de vinte e um mil euros. Não existia um efetivo aumento do serviço público. E isso levava-os a pensar que aquele contrato-programa, que iria contar com a abstenção do Partido Socialista, não era exigente, nem arrojado, não era corajoso, e que contava uma narrativa qua não se traduzia naquilo que era o plano apresentado pelos Transportes Urbanos de Braga, naquilo que era a exigência de uma programação, para os próximos dez anos. Dirigindo-se ao Deputado João Granja e reconhecendo a sua capacidade de intervenção, mas o que estava inerente a uma narrativa que falava de tração elétrica, na descarbonização, na renovação*

da frota e no aumento do serviço público, que fizesse com que a utilização de carros particulares pudesse diminuir e que era importantíssimo para a diminuição do tráfego automóvel no centro da cidade e aumentar, por via disso, a velocidade interna na cidade, não se iria verificar. Acreditavam que quem fez aquele plano o fez de forma consciente, porque eram aquelas as apostas ali feitas. O Partido Socialista com base numa narrativa que não se cumpriria, iria abster-se. Interveio de seguida o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para dar algumas notas importantes relativamente ao serviço nas freguesias. Havia uma nova realidade, desde dois mil e treze, que eram as Uniões de Freguesias. Com o seu aparecimento havia serviços que as mesmas freguesias ou as freguesias que constituíam as uniões, tinha a necessidade de servir. Passou a dar o seguinte exemplo: nas freguesias de Real, Dume e Semelhe, tinham serviços centralizados, quer como espaço cidadão e com a sede da Junta a funcionar a tempo inteiro, quer em Real, quer em Dume, tinham também um gabinete de ação social que funcionava em Dume, e os residentes em Semelhe, por exemplo, para irem a Real ou a Dume, tinham que ir sempre ao centro da cidade. Havia um outro caso ainda mais curioso, que impedia ainda mais a utilização do transporte público. Quem residia em Semelhe, para ir para o centro de Braga, estando a cinco minutos do centro, tinha que ir para Cabreiros, dando uma enorme volta. Real, felizmente, tinha um serviço excelente. No verão, com o funcionamento das piscinas, as crianças para se deslocarem para a piscina de Semelhe, tinham que ir ao centro da cidade, para depois iram para Dume ou Real. As crianças que frequentavam as escolas EB um de Real que frequentam a EB dois, três de Real, tinham que ir ao centro da cidade ou, como acontecia, tinham que ser os pais a levá-los à escola. O que pedia era que houvesse uma maior

atenção com aquela nova realidade que não devia ser única, mas falava do que conhecia na sua União de Freguesias. Já alertaram os TUB para o facto, mais do que uma vez e pensava estar na hora de lançar aquele novo alerta, para que a utilização do transporte público fosse efetiva. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para agradecer as palavras simpáticas do Sr. Deputado João Nogueira e não intenção de lá voltar, mas o referido Deputado, como era próprio de uma raposa velha, produziu uma intervenção hábil, mas em que misturou coisas que não deviam ser misturadas. E não viria mal ao mundo se ao misturá-las tivesse explicado, previamente, o que estava a misturar. E era isso que importava explicar. O que estavam ali, hoje, a discutir, era, no fundo, uma compensação, que a Câmara pagava aos TUB, para um conjunto de serviços deficitários e de carácter social que estavam a ser prestados. E, naturalmente, isso tinha um determinado âmbito. E aquilo que o Sr. Deputado João Nogueira, ali, foi dizer, ou foi falar sobre um documento que não tinham, que haveria de ir à Assembleia, que ainda não foi, nem tinha que ir, porque foi aprovado na Câmara, estava na Autoridade dos Transportes a recolher o parecer obrigatório e haveria de ir àquela Assembleia, para ser discutido e aprovado. E diriam: mas aqueles comentários, aquelas asserções, aqueles objetivos pouco ambiciosos, pareciam desfasados àquilo que era o Plano de Atividades dos TUB, que conheciam, que era dinâmico, que era construtivo, que era rico, que era diversificado e, sobretudo, tinha apresentado bons resultados. Porque há pouco não quis maçá-los com aquela problemática, mas talvez fosse importante dizer que as oficinas foram remodeladas, que a formação profissional de modificou, que o espaço físico em que os trabalhadores hoje trabalhavam era completamente diferente das condições degradadas e degradantes que se vivia nos TUB. Hoje, o espaço tinha muita mais dignidade.

*Não explicou que quando iniciaram funções, herdaram uma dívida de oitocentos mil euros à ADSE e explicava com mais detalhe, foi dinheiro que os trabalhadores pagaram e que a empresa não entregou a quem tinha que entregar. Isso no Código Penal tinha um nome, mas iria evitar citar, porque achava que não havia necessidade. Era crime. Estavam a pagá-lo em sete prestações anuais e essa era uma obrigação fundamental, que uma instituição tinha que cumprir. Não queria abrir o livro, mas se quisessem ir por aí, tinham muitas coisas para contar. Apanharam um saldo negativo nas contas de sete milhões de euros, o que significava que a estrutura dos TUB estava profundamente deficitária. E isso significava que tinha esse deficit, porque quem devia ter metido lá dinheiro, não meteu em tempo, mesmo na proporção do esforço social que estava a ser feito. Nunca disse que não foi meritório o trabalho que a Câmara anterior desenvolveu ao adquirir, ao desenvolver e ao implementar o trabalho nos transportes. Fê-lo, fê-lo bem e devia ser elogiado. O que estavam a fazer era a continuar um trabalho de maior investimento, de maior visibilidade, de maior envolvimento e de maior modernidade. E quando diziam que até dois mil e vinte, um terço da frota iria ser renovado, isso iria ser cumprido, estava a ser cumprido, nomeadamente com o apoio dos programas governamentais. E com esse ritmo, em menos de dez anos, estará o objetivo de renovação global da frota cumprido. Então, perguntariam, mas porquê os comentários do Deputado João Nogueira? Passava a explicar. Entrou em vigor uma nova legislação, que obrigava a que as CIM ou as Câmaras assumissem a responsabilidade da Autoridade Local de Transportes. No âmbito da CIM do Cávado, que abrangia seis concelhos, apenas Braga e Barcelos puxaram para si essa responsabilidade de poder contratualizar essa responsabilidade. Mas os TUB tiveram que apresentar um plano a dez anos que traduzisse esse compromisso entre os TUB e a Autoridade de supervisão dos*

transportes, que correspondesse a um plano de investimento a dez anos. Mas como era próprio de gente ajuizada e responsável, elaborou-se um plano prudente, que podia, naturalmente, ser superado, podia ser ultrapassado, desde que houvesse meios para o cumprir. Mas era próprio de gente avisada, de que não tinham garantias que houvesse programas governamentais, ou apoios financeiros, ou que a conjuntura política nacional e internacional permitisse manter a intensidade de renovar um terço da frota em cada dois anos. E, por isso, estabeleceu-se um quadro de compromisso entre a Autoridade, a Câmara e o Serviço que traduzia essa visão estratégica, prudente, avisada e que permitia superar com naturalidade esses objetivos se as condições o permitissem. Diria mais, se continuassem a trabalhar nos TUB com o ritmo e com o bom desempenho que tinham tido, ele iria ser antecipado em muito em relação aos objetivos que esse contrato se propunha realizar. Agora, não era correto meter tudo aquilo no mesmo saco e fazer uma discussão sem especificar o que era plano de atividades dos TUB, o que era o contrato que, hoje, estavam, ali, a votar, que tinha um âmbito reduzido e outra coisa era o contrato a dez anos, que a entidade de supervisão estabelecia com a entidade que prestava o serviço e que, naturalmente, tinha uma visão prudente, alongada, que a seu tempo discutiriam naquele órgão, quando ali fosse, na altura certa e para exercerem a sua competência. **O Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, voltou a intervir, para começar por agradecer ao Deputado João Granja a explicação dada. Entendia que numa Assembleia Municipal, que era o espaço de debate político, todas as questões deviam ser discutidas e levantadas. Aquelas que iriam, ali, surgir, se calhar ajudavam a clarificar e a decidir o melhor e nada deveria ser escondido. Aliás, não custava nada que o Deputado João Granja fosse, ali, levantar questões, que já tinham seis anos, naquela questão da dívida da ADSE.

*Se calhar os TUB atravessaram um momento mais complicado, até porque fizeram investimentos que não eram financiados pelos governos e se calhar, para continuar a trabalhar, tiveram que disponibilizar esses dinheiros. Esse dinheiro não saiu dos Transportes Urbanos, ficou lá, naturalmente. Quando a gestão socialista tomou conta da Câmara de Braga, em mil novecentos e setenta e seis, não tinha dívidas para pagar, mas tinha todo o saneamento básico para fazer no concelho, tinha todas as escolas para recuperar e construir, tinha que abastecer todo o concelho com água, teve que comprar a empresa de transportes SOTUBE, teve que fazer tudo. Não havia nada feito. Ou seja, não havia dívidas, mas havia muito para fazer e não havia dinheiro e o Senhor que já foi Deputado na Assembleia da República, sabia que a Lei das Finanças Locais, era muito posterior a mil novecentos e setenta e seis, estava a responder ao Sr. Deputado João Granja e estava dentro do tema, como também a questão da ADSE não estava no tema, como o esqueleto que ele ali levou também não estava no tema, só estava a responder. Pedia desculpa se não estivesse a ser aquilo que gostaria de ser, mas era-o sempre, porque assim o obrigavam. Ou seja, tinha que defender aquilo em que acreditava e tinha que defender a honra de muitos que trabalharam em prol desta cidade e não era bonito ir, ali, e por “dar cá aquela palha” achincalhar as pessoas. Porque ninguém levou o dinheiro para casa. Disse ainda que era lícito que discutissem tudo que tinha a ver com os Transportes Urbanos de Braga, porque uma coisa era estarem absolutamente de acordo num contrato-programa que permitia que os Transportes Urbanos fossem mais longe, iam melhor e com mais qualidade, por isso era que o aumento do serviço, a descarbonização e um transporte de qualidade e já, ali, foi um Presidente de Junta e outros que poderiam ter ali ido, dizer, por exemplo, que chovia dentro dos autocarros, havia carreiras que eram interrompidas a meio, havia carreiras que*

às seis da tarde, quando as pessoas queriam entrar diziam que estavam em fim de linha e com pessoas dentro, e que não podiam levar mais ninguém e não levava isso ali, porque isso decorria muitas vezes de procedimentos que diria serem importantes para as pessoas, mas não para a política, e levava ali o que era importante, um contrato-programa que ia apostar num aumento de serviço público, na qualidade do serviço público e na descarbonização. Mas como dizia um conhecido de todos, o bruxo de Fafe, falar de coisas que já tinha seis anos, era falar daquilo que já não interessava. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dezoito abstenções. PONTO NÚMERO QUATRO – CONTRATOS-PROGRAMA DAS EMPRESAS MUNICIPAIS - EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, os contratos-programa para o exercício de dois mil e vinte, relativos às seguintes Empresas Municipais: IB – Agência para a Dinamização Económica – EM; BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga – EM e Theatro Circo de Braga, E.M., S.A., documentos que se dão como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para destacar que: “São votados hoje nesta Assembleia, os contratos programa para dois mil e vinte relativos às empresas municipais. Se os contratos com o Theatro Circo e Bragahabit não merecem à partida qualquer reparo por parte da CDU, o mesmo já não podemos dizer para o contrato com a InvestBraga. Na verdade, este contrato programa prevê uma saída de quase trezentos mil euros diretamente do bolso da autarquia para a InvestBraga prestar um serviço a entidades privadas nas áreas da promoção do empreendedorismo e promoção do concelho para o exterior. Para a CDU trata-se da prestação de um serviço que causa bastantes dúvidas

*nomeadamente no que diz respeito a esse incentivo à economia local, que muitas vezes não é sequer economia local, sendo apoiadas multinacionais ou entidades que nem sequer possuem domicílio fiscal no Concelho como é o caso de uma das candidaturas que analisaremos nesta Assembleia. Outra das causas da nossa abstenção relativamente ao contrato programa com InvestBraga para dois mil e vinte prende-se com uma situação que, há uns anos a esta parte, tem sido prática habitual deste executivo e que na nossa opinião esvazia as atribuições do pelouro da Cultura; referimo-nos aqui à manutenção na esfera desta empresa municipal a realização da Feira do Livro. Na verdade, não se percebe muito bem esta ligação entre uma realização iminentemente cultural com uma designada "agência de investimento voltada para as Start Ups e outros anglicanismos "high tec". Já os contratos com o Theatro Circo e com a Bragahabit e como já dissemos justifica-se na sua plenitude o subsídio na exploração, uma vez que se tratam de serviços públicos prestados aos bracarenses não tendo como objetivo a obtenção de lucro. Relativamente à Empresa Municipal Theatro Circo de Braga, as recentes alterações estatutárias a que a CDU votou favoravelmente, permitiram o alargamento das competências desta EM na gestão e programação de espaços culturais, abrindo um campo de possibilidades muito interessante, permitindo maior articulação e planeamento entre agentes e consumidores de cultura, bem como melhor gestão de meios e recursos culturais. Esperemos que seja já no início deste ano que se apresente a propalada Estratégia Cultural de Braga dois mil e vinte-dois mil e trinta. Relembramos que, no ano passado, foi anunciado que seriam criados órgãos consultivos com representatividade local, nacional e internacional para apoiar a definição da Estratégia vinte-trinta, órgãos consultivos esses que efetivamente ainda não foram criados e que consideramos fundamentais para a anunciada candidatura à Capital Europeia da Cultura dois*

*mil e vinte e sete. Teremos já desistido antes de começarmos? O tempo urge e as restantes candidaturas apresentam planos bem mais avançados que os nossos. Para a CDU mais que uma candidatura é fundamental uma estratégia cultural que permita aos bracarenses conseguir valorizar as suas competências culturais, patrimoniais e a potenciar a criação contemporânea (nas artes, na literatura, no design, nas aplicações na educação, no território, na indústria, no comércio, no lazer, no turismo) enquanto condição de liberdade e felicidade coletiva da nossa sociedade. Tal valorização cultural é, por conseguinte, estratégica para não só como fim em si mesmo, mas também para o emprego, economia local podendo ainda funcionar como fator de inclusão social tornando a cultura como um veículo de coesão social e de aproximação das diferentes classes sociais que compõem o nosso tecido populacional. E por falar na importância social da cultura, abordemos agora a importância do acesso à habitação condigna para todos os bracarenses que deve ser a função principal da BragaHabit. Mas antes de passarmos especificamente à atuação desta empresa municipal não gostaríamos de deixar passar a oportunidade para salientar que bem sabemos que "mais vale tarde do que nunca", mas quando muitas das autarquias nacionais já apresentaram e aprovaram as suas Estratégias Locais de Habitação, Ricardo Rio anuncia com pompa o início dos trabalhos conducentes à elaboração desta estratégia apenas no final de dois mil e dezanove. Ou seja, parece até que Braga é um El Dorado no que à habitação diz respeito e que não subsistem problemas de urgente resolução no acesso à habitação social (veja se o caso do picoto), na gentrificação do centro histórico, ou do aumento galopante dos preços do arrendamento ou compra de imóveis para este fim. Dois mil e vinte é um ano muito importante para a resolução dos problemas habitacionais na cidade. O aumento exponencial da nossa população residente obriga a sérios esforços de*

*repensar o modo de organização da cidade em vários campos, mas também e principalmente na forma e no acesso a habitação. Assim exigimos para dois mil e vinte uma resposta definitiva para o Bairro Social do Picoto. Exigimos para dois mil e vinte uma resposta às cerca de duzentas e cinquenta famílias bracarenses inscritas para habitação social. Exigimos para dois mil e vinte uma solução para os sem-abrigo que voltam a proliferar na cidade, uma solução de âmbito público uma vez que a rede social de apoio parece, neste momento esgotada”. De seguida, tomou do uso da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, para salientar a vantagem que existia, naquele contrato-programa, em relação à Investbraga. O contrato-programa era um instrumento, basicamente, que definia as obrigações, naquele caso, do Município com a Empresa Municipal, que decorriam de alguns objetivos que a Empresa iria ter que cumprir, e eram objetivos mensuráveis, concretos. Em função desses objetivos, a Câmara Municipal daria o apoio financeiro. O que a oposição podia fazer era no fim desse contrato, ou seja, no próximo ano, verificar se esses objetivos concretos e que estavam, ali, estipulados e concretizados, se verificaram ou não. Aliás, tinha aquele contrato-programa tudo a ver com o plano e o orçamento da Câmara Municipal votado na última Assembleia Municipal. Aquele plano estava dividido em três partes. A parte do desenvolvimento económico, a parte das Startups, a parte da Feira do Livro e apoio à Companhia de Teatro de Braga. Não se compreendia muito bem as questões do PCP, a não ser por uma questão verdadeiramente ideológica, porque o que dizia a Investbraga, naquele caso, com objetivos perfeitamente mensuráveis que estavam ali estipulados, era apenas a atração de investimento, o apoio às empresas locais, o empreendedorismo local, ao investimento local. No campo das Startups, havia a criação de sinergias entre as várias Startups existentes em Braga, ação de*

*dimensão internacional, à criação de Startups no âmbito da nanotecnologia, a criação de tecnologias médicas e economia digital, na atração de emprego, etc. Portanto, a maneira como esses serviços eram prestados ao Município, sendo através da Câmara Municipal, ou através de uma empresa municipal, era perfeitamente indiferente, desde que esse trabalho chegasse aos cidadãos e era precisamente o caso. Esses objetivos eram perfeitamente mensuráveis, poderiam ser questionados no final do ano e, até lá, esperassem para ver e dissessem, depois, alguma coisa. Registou-se, depois, a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que foi, ali, aflorada a questão do Theatro Circo, embora não merecesse tantas reservas, quanto a questão da Investbraga, mas julgava ser importante esclarecer alguns aspetos. O primeiro era que o contrato-programa que, hoje, analisavam e que era do valor de um milhão trezentos e trinta e quatro mil cento e oitenta e sete euros, correspondia a um aumento de cento e quarenta e oito mil euros, face ao ano anterior. Mas era importante perceber-se que parte desse montante dizia respeito a atividades transitadas do Município para a gestão do Theatro Circo, que era o caso do “Festival para gente sentada” e o plano “Média Arts” das escolas. Isso, no fundo, eram atividades que já eram articuladas com o Theatro Circo e isso, na prática, acabava por ser, apenas, um incremento, em termos de encargos de sessenta e três mil euros e traduzia só por si ao transferir-se essas duas atividades, numa poupança de vinte mil euros em IVA, porque a partir do momento em que o Theatro Circo coordenava essas duas componentes, esse IVA era encaixado pelo Município que recuperava o mesmo. E importava dizer, também, que, e era isso que estavam, ali, a tratar, ao nível de atividades incluídas no contrato-programa, havia uma programação anual, que mantinha o nível de dois mil e dezanove, com um reforço e consolidação dos ciclos e que apostava na*

*parte da dança contemporânea com um programa dedicado. Essa era uma área que, a seu ver, deveria merecer mais atenção e na programação para o próximo ano iriam ter um pouco mais de investimentos na dança contemporânea. Ao nível da programação do "Festival para gente sentada", esse festival já acontecia, a maior parte dele, no Teatro Circo e, também, no Generation e até agora a sua programação era tratada pelo Município e, agora, ficava sob a alçada do Teatro Circo. Isso já fazia sentido há algum tempo, porque era, no fundo, a entidade que gerava dois espaços onde se desenvolvia essa atividade e havia operacionalização e ganho de recursos, precisamente, por serem integrados na atividade do Teatro Circo. Ao nível da ação de Braga das Média Arts, o Teatro passava de vinte para sessenta atividades nessa área com impacto óbvio na programação e isso iria permitir não, apenas, mais residências artísticas, projetos de comunidade, serviço educativo, apoio a internalização dos artistas, intercâmbio de artistas empreendedores e investigadores nessas áreas. Isso permitia, também, aumentar o número de ações no âmbito do projeto "Zero mais um igual a som", nas escolas, que tinha sido uma atividade muito reconhecida, muito acarinhada e que tinha sido uma inovação com muito impacto na comunidade escolar. Dizer, também, que era com muito orgulho que assumiam o bom desempenho que o Teatro Circo tinha vindo a ter. A programação era rica. A programação era diversificada e tinha uma qualidade e uma excelência que era reconhecida por todos os parceiros que operavam nessa área. Achavam que era algo de que se deviam orgulhar. E, sobretudo, havia um aspeto que gostaria de sublinhar, primeiro era o aumento progressivo e consolidado do número de utilizadores daquele espaço, e segundo, um investimento cada vez maior nas atividades educativas e na sua interação com as escolas, que era um elemento fundamental, para suprir uma necessidade, que sempre identificaram naquela Assembleia, mas*

*nem sempre se dirigiram ações concretas para se resolver esse problema, que era a formação e a sensibilização de públicos. Iríamos ser Capital da Cultura do Eixo Atlântico. Queríamos ser e iríamos ser Capital da Cultura, mas, para isso, tínhamos que ter a comunidade sensibilizada, para esse tipo de atividades e tínhamos que oferecer-lhes programas diversificados e de excelência, para que as pessoas pudessem aderir, reconhecer e, de facto, apreciarem aquilo que a esse nível era feito. Queria dizer que, no âmbito da Comissão que era presidida pelo seu colega João Nogueira, tiveram o privilégio de ouvir uma exposição daquilo que era a estratégia da Câmara para a questão da Capital da Cultura e para a Cultura vinte-trinta e a Câmara poderia ter optado, como optaram outras Câmaras dos país, em fazer uma consultoria externa, comprar uma espécie de produção enlatada, a uma entidade que viesse, aqui, fazer as despesas de uma candidatura “tout court”, só a candidatura a Capital Europeia da Cultura. Isso tinha normas e regras, que poderiam analisar em detalhe, mas julgava que, em boa hora, o Município adotou aquela solução em que definiam uma estratégia de cultura para vinte-trinta e, já agora, desafiava-os a consulta o site exclusivo referente a essa matéria, que era, de facto, bastante esclarecedor acerca da qualidade e da excelência do trabalho que estava a ser feito. Mas, dizia, que em boa hora o Município apostou em definir uma valorização, uma estratégia global, uma interação com os agentes internos e externos, que valorizasse a componente da cultura do Município. E a Capital da Cultura era um alvo, uma meta, mas, se porventura, não obtivermos o sucesso que todos desejavam, o Município ficava mais rico, a comunidade tinha mais oferta, todos eram mais envolvidos e havia maior investimento nessa área. E o facto de se ter optado por criar uma equipa de gestão dentro do próprio Teatro Circo, era um bom modelo, porque esse “know-how” ficava dentro de portas. Essa prática e esse envolvimento dos agentes*

*ficava na casa e não havia perigo, porque isso tinha sido propalado, mas não fazia sentido que houvesse qualquer desinhalinhamento, porque nessa estratégia e na articulação com o Theatro Circo, estava desde a Presidência da Câmara à Senhora Vereadora da Cultura, quem geria o Theatro Circo e o Generation. Essa intrusão era fundamental para que houvesse sucesso e o envolvimento de todas as partes. Ela existia, estava a ser feita e era liderada por quem tinha que ser liderada, que era pelo Senhor Presidente da Câmara, o que lhes permitia garantir uma aposta e um investimento, que se tudo corresse bem, culminaria com o sucesso de sermos Capital Europeia da Cultura. “Oxalá o nosso trabalho seja reconhecido, por quem tem que fazer as escolhas desta matéria”, concluiu o mesmo Deputado. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dizer que iria levar uma ou duas notas, sobre aquela matéria dos contratos-programa, e para deixar um comentário algo provocador à intervenção do Deputado João Granja, porque as Assembleias Municipais serviam, também, para essas coisas, para aquela dialética e deixar um pequeno remoque porque, por vezes, quando se falava muito, às vezes, expunham-se a remoques, que faziam parte do processo. A primeira questão tinha que ver com o que era, hoje, propalado, tónica comum, a saúde financeira e quase a autossustentabilidade aquilo que era o modelo Investbraga e, portanto, ficava a questão do porquê de uma empresa que, hoje, aparentemente, e isso era algo que o Partido Socialista saudava, como não poderia deixar de ser, conseguia gerir-se por si própria, gerar recursos e receitas, a ser assim, o porquê de ainda haver aquele contrato-programa. O segundo era uma provocação, não passava disso, o Deputado João Granja disse, ali, algo em que o Partido Socialista revia muito, na internalização do conhecimento das estruturas municipais crescerem dentro de portas, estudarem, criarem conhecimento, criarem valor e esse valor ficar dentro*

das organizações municipais, porque era assim que se valorizava a construção de um Município, criando valores, desenvolvimento de projetos, discutindo, crescendo, densificando caminhos. E era muito interessante aquela opção tomada e, no seu entender, absolutamente acertada, pela Câmara Municipal de Braga de construir dentro de portas o programa da Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete. Mas, essa reflexão e essa opção, no seu entender corretíssima, tinha um paralelo nada abonatório, para uma Câmara que em tantas coisas desvalorizava o contexto dos seus técnicos, das suas estruturas, do conhecimento que tinha internamente e que gastava vários milhões de euros em contratações de serviços, que tanta falta fariam ao projeto de desenvolvimento do concelho e que muitas vezes não conseguiam adivinhar motivo, para essas contratações de serviços serem feitas, quando acreditavam que na Câmara Municipal de Braga, no contexto dos seus serviços municipais, no contexto da Câmara Municipal e das Empresas, muitas das coisas poderiam ser feitas com tanta ou maior qualidade do que os estudos e as consultorias e outros serviços que tantas vezes esta Câmara, ao contrário do modelo que ali defendeu, mandava fazer fora de portas. Postos à votação foras os referidos contratos-programa: **IB – Agência para a Dinamização Económica-EM - aprovado com vinte e três abstenções; Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga-EM e Teatro Circo de Braga, EM, SA – Aprovados com dezoito abstenções. PONTO NÚMERO CINCO – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGA À “REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS”**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezoito de novembro do ano em curso, referente à adesão do Município de Braga à “Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis” e respetivos estatutos, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

*Posta à votação foi a referida proposta aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO SEIS – PROPOSTA DE CANDIDATURA À “REDE EUROPEIA DE CIDADES SAUDÁVEIS” DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dois de dezembro do ano em curso, referente à candidatura à “Rede Europeia de Cidades Saudáveis” da Organização Mundial de Saúde, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO SETE – ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de vinte e oito de outubro do ano em curso, relativa ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Código Regulamentar do Município de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, começou a usar da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS, para solicitar que aquele ponto fosse votado na generalidade e que baixasse, posteriormente, à Comissão Especializada, para poder ser discutido de forma mais minuciosa e para que algumas propostas pudessem ser consensualizadas entre as várias forças, à semelhança do que foi feito no passado, como as casas de abrigo. Passou, depois, a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para dizer que da bancada do PSD não havia objeção a que aquela matéria fosse discutida em sede de Comissão, mas era importante dizer que já tinha havido um período de discussão pública sobre aquela matéria e que*

não houve nenhum contributo, nem da sociedade dita civil, nem dos partidos políticos, nem da própria Assembleia Municipal. No entanto, não deviam fechar a porta a qualquer esforço de valorização e discussão à volta daquelas matérias. No entanto aquilo que se passou com as casas de abrigo, não foi rigorosamente isso. Era aprovado o Regulamento para poder vigorar e depois baixava à Comissão ou era agendado na Comissão, para se discutir e se tentar consensualizar propostas de alteração, relativamente às propostas que os Deputados da Comissão quisessem apresentar. Depois era devolvido à Câmara, a Câmara incorporava e voltava, outra vez, à Assembleia Municipal. A discussão na globalidade supria a discussão na especialidade e a discussão final global não ficaria fechada. Por isso, ficaria aprovado, estava a vigorar, mas baixava à Comissão para poderem trabalhar sobre o texto do Regulamento. No fundo, era não criar nenhuma limitação a que pudesse vigorar, porque se não estavam a prejudicar a operacionalidade do sistema, porque grande parte dessas medidas tinham que ver com o novo sistema de recolha de resíduos e se o Município não tivesse essas alterações consagradas, não podia aplicar um conjunto e regras, que foram ali vertidas. Isso não significava, que em sede de Comissão, não pudessem, numa discussão em sede de Comissão, pudessem discutir especificamente e a, isso, naturalmente, estavam abertos e davam o acordo à proposta da CDU. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com vinte e uma abstenções**, baixando, posteriormente, à Comissão de Económicos, Empresas Municipais e Turismo. **PONTO NÚMERO OITO – CANDIDATURAS AOS INCENTIVOS AO INVESTIMENTO LOCAL.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, as propostas aprovadas pelo Executivo nas reuniões de vinte e quatro de outubro e de quatro de novembro do ano em

curso, dos processos relativos às candidaturas apresentadas pelas empresas *Momento Decisivo, Limitada e Iconikchapter, Limitada*, bem como as respetivas propostas de decisão desenvolvidas pela *Investbraga*, que se dão por reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas por unanimidade.**

**PONTO NÚMERO NOVE – PROPOSTA DE DOAÇÃO DO EDIFÍCIO “CASA DA FAMÍLIA PEIXOTO”, PARA INSTALAÇÃO DA NOVA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MIRE DE TIBÃES.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo de dezoito de novembro do ano em curso, relativa à doação do edifício denominado “Casa da Família Peixoto”, sito no lugar do Carrascal ou Seixido, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número mil cento e dois barra Mire de Tibães e inscrito na matriz rustica sob o artigo seiscentos e sessenta e quatro e na matriz urbana sob o artigo seiscentos e trinta, destinado à nova sede da Junta de Freguesia de Mire de Tibães, cujo teor se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Interveio o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MIRE DE TIBÃES, JOSÉ MAGALHÃES SOARES GOMES**, para proceder a um esclarecimento da matéria que iria ser votada. Foram apresentadas imagens do edifício atual, cuja construção era dos anos setenta, apresentando algumas fragilidades, a diversos níveis. A fachada foi requalificada em toda a sua envolvente, em dois mil e sete, em que foram despendidos cinquenta e um mil euros. O acesso ao edifício é feito através de escadas, não havendo acesso a pessoas com mobilidade reduzida e a pessoas idosas, o que obrigava o Executivo da Junta de Freguesia a fazer o atendimento, por vezes, no parque de estacionamento. Procuraram uma solução e então sugeriram ao Município a aquisição do edifício, denominado “Casa da Família

Peixoto”, que reunia todas as condições de funcionamento como sede de Junta de Freguesia, bem como de outros serviços que viessem a implementar. Os Tibanenses agradeciam a solução encontrada. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dezasseis abstenções**. Interveio o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para, numa **Declaração de Voto**, referir que como era tradição naquela casa, que era uma tradição que não era apenas do Partido Socialista, mas quase sempre transversal à esmagadora maioria dos partidos, votar-se, favoravelmente, grande parte dos projetos que tivessem a ver com o desenvolvimento das Juntas de Freguesia, conquanto os projetos de desenvolvimento das freguesias representavam projetos de desenvolvimento e de futuro para o concelho e, por essa razão, havia essa prática. O Partido Socialista, no caso em apreço, decidiu optar pela abstenção, por algumas razões que não poderiam deixar de constar de uma declaração de voto, que, agora, ali, reproduzia. Conhecendo o partido Socialista bem, aquilo que era a realidade da esmagadora maioria ou de todas as Juntas de Freguesia do concelho, havia, ao dia de hoje, Juntas de Freguesia com maiores fragilidades do que as que apresentou a sede da Junta de Mire de Tibães. Aliás, as fragilidades, ali, apontadas pelo Senhor Presidente da Junta, que cumprimentava muito respeitosamente, poderiam perfeitamente ser resolvidas, por uma intervenção técnica, que não custaria, nem de perto, uma fração pequena daquilo que era apenas o valor da aquisição do imóvel. Sucedia que, para se construir ou para se reconstruir e adaptar aquele imóvel àquilo que devia ser uma sede administrativa moderna que cumprisse os desideratos de um bom serviço à população, estariam, se calhar, a falar de um valor similar ao custo da aquisição. O custo da aquisição foi de duzentos e tal mil euros, se falassem de uma recuperação ou requalificação, que ficasse por metade desse valor, estariam de trezentos e tal mil euros, o tempo

*lhes diria se seria mais ou menos. Numa freguesia, que tinha uma sede de Junta que foi objeto de uma intervenção de requalificação, mais ou menos profunda, acerca de dez anos, em dois mil e sete, num concelho aonde subsistia um conjunto de Juntas de Freguesia, com sedes que não tinham, infelizmente, as mesmas condições de que dispunha a Junta de Mire de Tibães e numa freguesia onde havia, por exemplo, um grande clamor público, relativamente a uma questão da maior importância, que unia a população, que era a questão do cemitério, optar-se por aquela intervenção, não era, por parte do Partido Socialista, a opção política mais prioritária e mais correta, motivo pelo qual não poderia receber o seu assentimento e era essa a explicação para a sua abstenção. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para, noutra **Declaração de Voto**, referir que o PSD votou favoravelmente, porque não poderiam deixar de o fazer e congratulavam-se de forma sentida por terem o gosto de se associarem à concretização daquilo que era um desejo e uma pretensão, não apenas da Junta de Freguesia, mas de toda a freguesia. E nessa media, achava muito feliz o ter-se levado, ali, as imagens, para que as pessoas percebessem o eu era, hoje, a Junta de Freguesia e o que se propunha ser. Porque a realidade era mais dura do que aquilo que ali viram. Na freguesia havia um pavilhão e fizeram um encaixe de um espaçozinho junto ao pavilhão em que a Junta de Freguesia era, no fundo, uma estrutura implantada num piso intermédio, o que era miserável e não fazia sentido, que não houvesse acessos para pessoas com limitações e uma Junta de Freguesia que queria alargar as suas valências, que queria ter atividades, que queria agregar as coletividades, não tinha que estar confinada a um espaço esconso, de difícil acesso e cujas obras de manutenção não podiam fazer milagres. Naturalmente, que as alternativas não eram muitas e aquela era, aos olhos da Junta de*

*Freguesia e dos fregueses, uma boa solução. Porquê? Porque permitia preservar a prestação dos serviços em boas condições e permitia albergar um conjunto de coletividades, que não tinham instalações condignas e podia prestar outro tipo de serviços e ter o auditório que ambicionavam com outra dignidade e com outras condições. Por isso, não contrariavam o que foi dito no voto do Partido Socialista, de que havia outras necessidades a suprir e o que desejavam era que outras Juntas de Freguesia com necessidades resolvessem, também, os seus problemas e que o Município os ajudasse a resolver os seus problemas. Agora, não deviam ser os problemas dos outros, que deviam coartar a possibilidade de concretizar o sonho da Junta de Mire de Tibães, que assim alargava as suas instalações, alargava as suas ambições e permitia albergar aqueles que da freguesia desenvolviam atividades para toda a comunidade, fossem coletividades de natureza desportiva, cultural, recreativa ou de outra natureza. Por isso, a essa ambição, estava a ser dada uma resposta à altura, pela Junta de Freguesia, que muito saudavam.*

**PONTO NÚMERO DEZ – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.** *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de dezoito de novembro e de dois de dezembro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Ruílhe, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua de Ruílhe”, no montante de quarenta e um mil quinhentos e sessenta e dois euros e sessenta cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Priscos, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua do Marco”, no*

montante de sete mil setecentos e trinta e cinco euros e quarenta e três cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Priscos, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua do Cidadão”, no montante de dezassete mil setecentos e vinte euros e quarenta e quatro cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Requalificação do polidesportivo de Escudeiros”, no montante de trinta e quatro mil oitocentos e trinta e sete euros e noventa e seis cêntimos (com IVA incluído à taxa de seis por cento). Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções.** **PONTO NÚMERO ONZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de dezoito de novembro e de dois de dezembro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, destinado a apoiar o “Levantamento topográfico e projeto de arquitetura e especialidades – obras de requalificação da rua do Passal à rua da Lardoeira e ampliação dos balneários do campo de futebol de Cabreiros”, no valor de doze mil e oitocentos e cinquenta e cinco euros; Dois - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado a apoiar a “Execução e colocação de uma vedação de rede no muro de alargamento da rua das Travessas – Dume”, no valor de dois mil e sessenta e sete euros; Três - Junta de Freguesia de Padim da Graça, destinado a apoiar a “Limpeza geral da piscina, corte de sebes e podas”, no valor de três mil duzentos e cinquenta euros; Quatro - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar a

*“Adaptação de um espaço à nova sala do jardim-de-infância”, no valor de cinco mil duzentos e setenta e três euros e trinta e sete cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Lomar e Arcos, destinado a apoiar a “Manutenção do jardim-de-infância e cemitério”, no valor de sete mil quinhentos e setenta euros e cinquenta e dois cêntimos; Seis - Junta de Freguesia d São Vicente, destinado a apoiar os “custos das obras no horto social das Andorinhas”, no valor de cinco mil euros; Sete - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar os “custos da aquisição de equipamento de som para atividades da Junta de Freguesia”, no valor de cinco mil euros; Oito - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar a obra de “Pavimentação e construção de estrutura de betão armado em jazigos do cemitério”, no valor de sessenta e cinco mil oitocentos e noventa e quatro euros e noventa cêntimos; Nove - União de Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro, destinado a apoiar os “Trabalhos complementares no salão de apoio às atividades das freguesias”, no valor de trinta e um mil setecentos e dez euros e três cêntimos; Dez - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar a “Elaboração do projeto de muro de suporte de terras, estrutura acessória e consultadoria técnica”, no valor de quatro mil quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos; Onze - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar o “Melhoramento da zona verde e parque de estacionamento existentes na rua Nossa Senhora de Fátima”, no valor de sete mil oitocentos e oitenta e três euros e quarenta e oito cêntimos; Doze - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, destinado a apoiar a “Reparação do pavilhão municipal de Ferreiros”, no valor de dois mil e novecentos euros mais IVA; Treze - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar a “Aquisição de vidro da porta de emergência na EB um de Gualtar”, no valor de duzentos e treze euros e sessenta e oito cêntimos. Postas à votação foram*

*as referidas propostas aprovadas com duas abstenções. PUNTO NÚMERO DOZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS. Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.*

**PUNTO NÚMERO TREZE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES.** Neste ponto da ordem de trabalhos registou-se a intervenção da **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE, FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA DE SOUSA FREITAS BORDALO**, para informar que: “A Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde prossegue os contactos que possibilitem o conhecimento da realidade dos recursos de saúde disponibilizados à população do concelho. Recordo que, sobre a temática da saúde, a Comissão já reuniu com a administração do Hospital de Braga e com a Fundação Domus Fraternalitas, conforme informação já transmitida a esta Assembleia Municipal em vinte e um de fevereiro e vinte e quatro de abril, respetivamente. Para conclusão dos contactos nesta temática estão em agendamento outras iniciativas, nomeadamente, na área dos cuidados de saúde primários. Entretanto a Comissão reuniu com a Direção da Casa de Saúde do Bom Jesus da responsabilidade da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus. Esta Casa de Saúde, fundada em mil novecentos e trinta e dois, tem capacidade para trezentas e oitenta e cinco camas, nas respostas de internamento e conta com a colaboração de duzentos e sessenta trabalhadores e trinta voluntários. A Casa de Saúde assegura internamento nas áreas da psicogeriatría, do alcoolismo e da toxicodependência. No âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (RNCCISM), a

*Casa de Saúde do Bom Jesus desenvolve um conjunto de respostas: Internamento – curta, média e longa duração; Serviço de Apoio Domiciliário (SAD); Unidade Sócio Ocupacional (USO) ainda não contratualizada; Ainda como estruturas residenciais na comunidade, assume uma Residência para Treino de Autonomia e três Apartamentos de Autonomia; No âmbito da reabilitação e da integração socioprofissional a Casa de Saúde do Bom Jesus desenvolve Unidades de Vida Protegida e de Vida Apoiada, assim como a Cooperativa de Serviços e Solidariedade Social (Colorir Coop), unidade de formação profissional e produção na área da cozinha, engomadoria e hortifruticultura. Em ambulatório, no GIS – Gabinete Integrado de Serviços em Saúde Mental – são prestadas consultas de Psiquiatria e Psicologia e ações de formação e integração profissional de pessoas com deficiência ou incapacidades. A construção do novo Hospital, em fase de conclusão, não será para aumentar a capacidade, mas antes para criar melhores condições para as respostas atuais e permitir a recuperação gradual das atuais instalações. Contam com o apoio da Bragahabit, que financia os apartamentos de autonomia e com o da Câmara Municipal de Braga, que isentou a instituição das taxas urbanísticas que eram devidas pela construção do novo Hospital. A Instituição partilhou com a Comissão os desafios que enfrenta e que se prendem com as dificuldades de sustentabilidade financeira, devidas, não apenas, ao custo das respostas e à desproporcionada comparticipação pública, como igualmente às dificuldades de referenciação para a Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental, à comparticipação financeira das famílias e ao atraso na contratualização da Unidade Sócio Ocupacional. Cientes do impacto das dificuldades partilhadas e porque alguns dos constrangimentos apresentados ultrapassam a escala local, são de escala nacional, os Deputados Municipais presentes manifestaram que iriam transmitir*

*essas preocupações aos Deputados na Assembleia da República, para estes, junto do Governo, fazerem sentir esta situação e as consequências da insustentabilidade financeira destas Organizações de Solidariedade, também na área da saúde”.*

*Seguiu-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para informar que em onze de dezembro reuniram, para passar em revista toda a atividade desenvolvida durante o ano e conforme preceituava o Regimento, no que às Comissões Permanentes dizia respeito, iriam elaborar, com base no artigo quinquagésimo segundo, o respetivo relatório, estando encarregada disso uma equipa da própria Comissão. E a exemplo do ano passado, fariam, também, a distribuição desse relatório, que seria feito até à próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizaria em fevereiro. Dizer que durante esta ano, o trabalho assentou, sobretudo, numa realidade mais prática daquilo que era a atividade económica do Município, sobretudo das Empresas Municipais, nomeadamente, como referiu o Deputado João Granja, no que dizia respeito à Empresa Theatro Circo, a exemplo de outras, foi de uma enorme riqueza, sob o ponto de vista da informação, do debate e do conhecimento e tinha sido essa a prática, como poderiam, depois, constatar no respetivo relatório. Para o próximo ano foram, também, traçadas as orientações, que iriam presidir aos trabalhos daquela Comissão, estando já agendadas algumas intervenções, algumas das quais baseadas em propostas feitas, uma delas, até, pela Dr<sup>a</sup>. Olga Pereira, relativamente a um problema premente à questão da habitação, naquilo que era a elaboração da sua estratégia local. Disse, ainda, que a Comissão se revestia daquilo que entendiam que tinha de mais salutar a política, que era o debate calmo e sereno, em ambientes muito confortáveis, em ambientes de grande*

*fraternidade e quiseram, também, fazer jus à época que atravessávamos, uma época de paz, de esperança, de trabalho, em prol do concelho de Braga, e, foi por isso, que encerraram o trabalho com um muito bom jantar e dizer que foi muito agradável trabalhar assim, pois dava gosto e sentia-se honrado por coordenar um grupo de quinze autarcas, que procuravam aquilo que mais interessava a Braga. Desejou a todos um bom Natal e, de uma forma muito especial, aos quinze que compunham a Comissão, que o Natal lhes trouxesse tudo a que tinham direito. Até fevereiro, a equipa responsável pela elaboração do relatório, nos termos do artigo quinquagésimo segundo do Regimento seria elaborado e, posteriormente, distribuído com a autorização da Senhora Presidente, por todos os eleitos.*

*Interveio o **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE, BENTO DUARTE DA SILVA**, para salientar que a Comissão a que presidia tinha, também, bom ambiente, um ambiente saudável, com opiniões diferentes, porque o ambiente se gerava na divergência de opiniões. Disse que, ao longo do presente ano tiveram, essencialmente, uma ocupação com o projeto educativo, havendo duas ou três reuniões em que a Senhora Vereadora da Educação, com a sua equipa estiveram presentes. A última reunião foi sobre a abertura do ano letivo, onde foram explicados os problemas ali aflorados e que, felizmente, ficaram resolvidos. Disse, ainda que, como Presidente e o Senhor Vice-Presidente foram convidados para estarem numa reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, onde foi aflorado, pelo Presidente da Federação Concelhia dos Pais, o assunto por ele presente na última sessão daquele órgão, tendo colocado a Comissão à disposição se houvesse necessidade de analisar essa matéria com mais detalhe, porque o que interessava, de facto, era o contributo para resolver a situação em causa, que tinha a ver com o preço das refeições. Já havia uma previsão do que*

iriam fazer para o próximo ano, já tinham trabalhado algumas situações, através de e-mail 's, sugestões de futuras reuniões, tendo sido sugeridos dois ou três temas pela Deputada Bárbara Barros, pensando que poderiam reunir em fevereiro e passará a cumprir o plano para dois mil e vinte. Aproveitou para desejar a todos bom Natal e ótimo ano de dois mil e vinte. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às vinte e três horas e quinze minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de dezasseis de dezembro de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.